

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	29
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	30
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	31
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.504.997
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.504.997</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	167.575.338	161.459.129
1.01	Ativo Circulante	100.300.667	94.923.610
1.01.01	Disponibilidades	111	103
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	98.259.356	93.483.739
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	46.414.562	48.752.439
1.01.02.02	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	51.844.794	44.731.300
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.180.182	1.150.848
1.01.03.01	Carteira Propria	1.180.182	1.150.848
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	0	-180
1.01.07.01	Arrendamentos a Receber	8.452	11.973
1.01.07.02	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-8.452	-11.973
1.01.07.03	Provisão p/perdas de Arrendamento Mercantil	0	-180
1.01.08	Outros Créditos	861.018	289.100
1.01.08.01	Rendas a Receber	458.522	87.644
1.01.08.02	Diversos	402.496	201.456
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	65.058.524	63.755.600
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	64.759.546	63.716.788
1.02.01.01	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	61.514.672	60.060.016
1.02.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	3.244.874	3.656.772
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	-140	0
1.02.06.01	Arrendamentos a Receber	14.016	20.417
1.02.06.02	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-14.016	-20.417
1.02.06.03	Provisão p/perdas de Arrendamento Mercantil	-140	0
1.02.07	Outros Créditos	299.118	38.812
1.02.07.02	Diversos	299.118	38.812
1.03	Ativo Permanente	2.216.147	2.779.919
1.03.01	Investimentos	2.194.214	2.748.298
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	21.933	31.621

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	167.575.338	161.459.129
2.01	Passivo Circulante	170.510	443.976
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	5.448	6.790
2.01.09	Outras Obrigações	165.062	437.186
2.01.09.02	Fiscais e Previdenciárias	160.769	430.360
2.01.09.03	Credores p/antecip de vr residual	2.608	4.667
2.01.09.04	Diversas	1.685	2.159
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	143.339.997	137.432.155
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	143.196.155	137.404.358
2.02.03.01	Recursos de Debentures	143.196.155	137.404.358
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.396	2.341
2.02.07.01	Repases no País - Insituições Oficiais	1.396	2.341
2.02.09	Outras Obrigações	142.446	25.456
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	129.901	7.501
2.02.09.02	Credores p/antecipação de vr residual	12.545	17.955
2.05	Patrimônio Líquido	24.064.831	23.582.998
2.05.01	Capital Social Realizado	22.405.982	22.405.982
2.05.04	Reservas de Lucro	1.660.533	1.177.480
2.05.04.01	Legal	396.241	372.088
2.05.04.02	Estatutária	1.264.292	805.392
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.684	-464
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-1.684	-464

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	3.927.545	4.104.912
3.01.01	Operações de Arrendamento Mercantil	8.829	1.464.959
3.01.02	Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	3.918.716	2.639.953
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.393.074	-3.525.293
3.02.01	Captação no Mercado	-3.384.381	-2.127.015
3.02.02	Empréstimos e Repasses	-157	-1.198
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-8.576	-1.363.857
3.02.04	Provisão para Perdas em Créditos	40	-33.223
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	534.471	579.619
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	150.074	-159.250
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	0	352
3.04.02	Despesas de Pessoal	0	-76
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-6.249	-22.290
3.04.04	Despesas Tributárias	-24.478	14.545
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	0	936
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	0	-272.675
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	180.801	119.958
3.05	Resultado Operacional	684.545	420.369
3.06	Resultado Não Operacional	0	222
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	684.545	420.591
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-201.492	-120.224
3.08.01	Devidos sobre Operações do Período	-203.763	-342.357
3.08.02	A Compensar referente Adições Temporárias	2.271	222.133
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	483.053	300.367
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,32100	0,16869

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	483.053	300.367
4.03	Resultado Abrangente do Período	483.053	300.367

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-8.952.155	-4.802.593
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.654.791	2.364.132
6.01.01.01	Lucro Líquido	483.053	300.367
6.01.01.02	Resultado de Participações em Coligadas/Controlada	-180.801	-119.958
6.01.01.03	Amortização de Ágio	0	261.777
6.01.01.04	Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	-40	33.223
6.01.01.05	Provisão de Tributos Diferidos	-2.271	-222.133
6.01.01.06	Constituição(Reversão)p/perdas de Bens Não de Uso	0	-49
6.01.01.07	Resultado de Juros de Debêntures	3.384.381	2.110.905
6.01.01.08	Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disp.Venda	-29.531	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.606.946	-7.166.725
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplic Interf. de Liquidez	-11.999.766	-7.916.559
6.01.02.02	(Aumento) Redução em TVM e Inst Financ. e Derivativos	-752	28.323
6.01.02.03	(Aumento) Redução Outros Créditos e Outros Valores e Bens	-460.983	-684.961
6.01.02.04	(Aumento) Redução Operc.de Arrendamento Mercantil	2.218	534.164
6.01.02.05	Aumento (Redução) de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	0	-39.128
6.01.02.06	Aumento (Redução) Obrig Empréstimos e Empréstimos	-2.288	-6.899
6.01.02.07	Aumento (Redução) Outras Obrigações	205.307	1.098.581
6.01.02.08	Pagamento Imposto de Renda e Cont Social	-350.682	-753.240
6.01.02.09	Variação nos Resultados de Exercícios	0	-123
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Depósitos	0	573.117
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	363.356	-1.169
6.02.04	Caixa e Equivalente de Caixa Líquido de Ativos e Passivos Cindidos na Cisão	0	-1.243
6.02.05	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	0	74
6.02.06	Redução de Capital de Controlada	363.356	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.407.416	-7.011.481
6.03.01	Captação/Resgate por Debentures	2.407.416	-7.011.481
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.181.383	-11.815.243
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.767.157	91.768.569
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	50.585.774	79.953.326

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	22.405.982	0	0	1.177.480	0	-464	23.582.998
5.03	Saldo Ajustado	22.405.982	0	0	1.177.480	0	-464	23.582.998
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	483.053	0	483.053
5.05	Destinações	0	0	0	483.053	-483.053	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	483.053	-483.053	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	24.153	-24.153	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	458.900	-458.900	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.220	-1.220
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-569	-569
5.07.04	Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	0	-651	-651
5.13	Saldo Final	22.405.982	0	0	1.660.533	0	-1.684	24.064.831

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	22.412.849	5.176.475	0	4.913.743	0	-1	32.503.066
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-6.867	-1.586	0	-1.505	-40	-2	-10.000
5.02.01	Cisão - AGE 31/03/2013	-6.867	-1.586	0	-1.505	-40	-2	-10.000
5.03	Saldo Ajustado	22.405.982	5.174.889	0	4.912.238	-40	-3	32.493.066
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	300.367	0	300.367
5.05	Destinações	0	0	0	300.327	-300.327	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	300.327	-300.327	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	15.018	-15.018	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	285.309	-285.309	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	2	2
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	2	2
5.13	Saldo Final	22.405.982	5.174.889	0	5.212.565	0	-1	32.793.435

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
7.01	Receitas	3.927.585	4.073.199
7.01.01	Intermediação Financeira	3.927.545	4.104.912
7.01.02	Prestação de Serviços	0	352
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	40	-33.223
7.01.04	Outras	0	1.158
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.393.114	-3.502.968
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.249	-22.288
7.03.02	Serviços de Terceiros	0	-5.311
7.03.04	Outros	-6.249	-16.977
7.04	Valor Adicionado Bruto	528.222	547.943
7.05	Retenções	0	-261.777
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-261.777
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	528.222	286.166
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	180.801	119.958
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	180.801	119.958
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	709.023	406.124
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	709.023	406.124
7.09.01	Pessoal	0	67
7.09.01.01	Remuneração Direta	0	50
7.09.01.02	Benefícios	0	17
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	225.970	105.688
7.09.02.01	Federais	225.970	105.680
7.09.02.02	Estaduais	0	8
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	2
7.09.03.01	Aluguéis	0	2
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	483.053	300.367
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	483.053	300.367

## Comentário do Desempenho

### DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

##### Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING), relativas ao período de 01/01 a 31/03 de 2014, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido da DIBENS LEASING no período alcançou R\$ 483 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 24.065 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 0,32, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 15,99.

#### ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os Ativos totalizaram R\$ 167.575 milhões e estão substancialmente formados por Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no valor de R\$ 163.019 milhões. Os Recursos Captados representaram R\$ 143.196 milhões, correspondentes a Recursos de Debêntures.

#### AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM

##### Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2014, não foram prestados diretamente a Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 13 e 22 de janeiro e 14 de março - aquisição de materiais técnicos.
- 29 de janeiro – consultoria tributária.

##### Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 13 de maio de 2014.

A Administração

## Notas Explicativas

### DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PERÍODO DE 01/01 A 31/03 DE 2014

(Em Milhares de Reais)

#### NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING) tem por objeto a prática de todas as operações permitidas às sociedades de arrendamento mercantil pelas disposições legais e regulamentadas.

As operações da DIBENS LEASING são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para o período findo em 31 de março de 2014 foram aprovadas pela Diretoria em 13 de maio de 2014.

#### NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da DIBENS LEASING foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos. A reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais.

#### NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – A DIBENS LEASING define como caixa e equivalentes a caixa as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas – Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Demais Operações Ativas e Passivas** – As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas *pro rata die* com base na taxa efetiva das operações.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários** – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:
- **Títulos para Negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e

## Notas Explicativas

- **Títulos Disponíveis para Venda** – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos anteriormente, na controlada e coligadas da DIBENS LEASING, refletidos por estas em conta destacada dos seus Patrimônios Líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no Patrimônio Líquido ou no Resultado de Participações da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

- d) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG)** – Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil.

A prática adotada acima difere das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que diz respeito ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

As operações de arrendamento mercantil são atualizadas (*accrual*) até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações e a receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo (*write-offs*) está classificada na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Arrendamento Mercantil, as tarifas na contratação dessas operações são classificadas em Receitas de Prestação de Serviços e as apropriações em resultado das operações de arrendamento mercantil operacional ocorrem na data da exigibilidade da contraprestação.

- e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** – Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

- f) Investimentos** - Em controlada e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

- g) Imobilizado de Arrendamento Mercantil** – Os bens arrendados são registrados no Ativo Imobilizado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadrada nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda.

## Notas Explicativas

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução, são: edificações - 4%, móveis e utensílios e instalações - 10%, máquinas e equipamentos de - 10% a 20%, veículos e afins de - 20% a 25% e outros bens - 10% a 20%.

- h) Perdas em Arrendamento a Amortizar** – A diferença apurada ao final do contrato, entre o valor residual atribuído e o valor residual garantido, quando devedora, é debitada ao ativo diferido para amortização no prazo restante de vida útil do bem. Para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento Mercantil.
- i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos** - A DIBENS LEASING avalia os ativos a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado semestralmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos são avaliados, no mínimo, uma vez por ano.

De acordo com a Resolução BACEN nº 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

No período/exercício findos em 31/03/2014 e 31/12/2013 não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.

- j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias:** São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010, do BACEN.

### I - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos Contingentes** - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

## Notas Explicativas

### II - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

**k) Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social	15,00%	ISS	até 5,00%

### NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2014	31/12/2013
Disponibilidades	111	103
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	40.056.284	42.248.298
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.529.379	14.518.756
<b>Total</b>	<b>50.585.774</b>	<b>56.767.157</b>

## Notas Explicativas

### NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

#### a) Resumo por Vencimento

	31/03/2014							31/12/2013
	Custo	Provisão para Ajustes ao Valor de Mercado refletida no:	Valor de Mercado	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	Valor de Mercado
<b>TÍTULOS PRIVADOS</b>	<b>1.183.011</b>	<b>(2.829)</b>	<b>1.180.182</b>	<b>100,0</b>	<b>10.071</b>	<b>1.170.111</b>	<b>-</b>	<b>1.150.848</b>
Cotas de Fundos	10.071	-	10.071	0,9	10.071	-	-	9.319
Letras Financeiras	1.172.940	(2.829)	1.170.111	99,1	-	1.170.111	-	1.141.529
<b>SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>1.183.011</b>	<b>(2.829)</b>	<b>1.180.182</b>	<b>100,0</b>	<b>10.071</b>	<b>1.170.111</b>	<b>-</b>	<b>1.150.848</b>
Títulos para Negociação	10.071	-	10.071	0,9	10.071	-	-	9.319
Títulos Disponíveis para Venda	1.172.940	(2.829)	1.170.111	99,1	-	1.170.111	-	1.141.529
<b>TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO)</b>	<b>1.183.011</b>	<b>(2.829)</b>	<b>1.180.182</b>	<b>100,0</b>	<b>10.071</b>	<b>1.170.111</b>	<b>-</b>	<b>1.150.848</b>
<b>% por prazo de vencimento</b>					<b>0,9%</b>	<b>99,1%</b>	<b>0,0%</b>	
Impostos Diferidos (Nota 8b)		1.132						
Ajuste de Controlada		(2)						
Obrigações de Benefícios Pós Emprego (Nota 13a)		15						
<b>AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TVM</b>		<b>(1.684)</b>						
<b>TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) - 31/12/2013</b>	<b>1.152.728</b>	<b>(1.880)</b>	<b>1.150.848</b>	<b>100,0</b>	<b>9.319</b>	<b>-</b>	<b>1.141.529</b>	
<b>% por prazo de vencimento</b>					<b>0,8%</b>	<b>0,0%</b>	<b>99,2%</b>	
Impostos Diferidos (Nota 8b)		752						
Ajuste de Controlada		(1)						
Obrigações de Benefícios Pós Emprego (Nota 13a)		665						
<b>AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TVM - 31/12/2013</b>		<b>(464)</b>						

(\*) Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2014.

## Notas Explicativas

**b) Instrumentos Financeiros Derivativos** - Em 31/03/2014 e 31/12/2013 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

**c) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da DIBENS LEASING, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação do conglomerado econômico-financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basiléia e alterações posteriores, e pelos regulamentos: Resolução nº 3.464/07, do CMN, e na Circular nº 3.354/07 do BACEN. Por esta razão, não será apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

### NOTA 6 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO (DEMONSTRADAS A VALOR PRESENTE)

#### a) Composição da Carteira por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

Composta por Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro R\$ 6.780 (R\$ 8.999 em 31/12/2013).

	31/03/2014			31/12/2013
	AA	A	Total	Total
	<b>Operações em Curso Normal</b>			
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>6.780</b>	-	<b>6.780</b>	<b>8.999</b>
01 a 60	1.411	-	1.411	2.453
61 a 90	583	-	583	-
91 a 180	1.497	-	1.497	1.977
181 a 365	2.288	-	2.288	2.798
Acima de 365	1.001	-	1.001	1.771
<b>Subtotal</b>	<b>6.780</b>	-	<b>6.780</b>	<b>8.999</b>
<b>Total Geral</b>	<b>6.780</b>	-	<b>6.780</b>	<b>8.999</b>
<b>PDD</b>	<b>(140)</b>	-	<b>(140)</b>	<b>(180)</b>
<b>Total Geral - 31/12/2013</b>	<b>8.969</b>	<b>30</b>	<b>8.999</b>	
<b>PDD</b>	<b>(150)</b>	<b>(30)</b>	<b>(180)</b>	

(\*) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou com composições efetuadas ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.

## Notas Explicativas

### b) Composição por Setores de Atividade

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Setor Privado</b>	<b>6.780</b>	<b>8.999</b>
Pessoa Jurídica	6.780	8.999
<b>Total</b>	<b>6.780</b>	<b>8.999</b>

### c) Composição do Valor Presente

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro</b>	-	-
Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear)	22.468 (22.468)	32.390 (32.390)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	<b>21.933</b>	<b>31.621</b>
Bens Arrendados	37.536	47.215
Veículos e Afins	11.375	21.560
Máquinas e Equipamentos	24.815	24.815
Outros Bens	266	266
Perdas em Arrendamento a Amortizar	1.080	574
Depreciação Acumulada (Depreciações Acumulada)	(15.603) (36.455)	(15.594) (45.596)
Superveniência de Depreciação	20.852	30.002
<b>(Credores por Antecipação de Valor Residual) (*)</b>	<b>(15.153)</b>	<b>(22.622)</b>
<b>Total</b>	<b>6.780</b>	<b>8.999</b>

(\*) Registrado em Outras Obrigações.

### d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(180)</b>	<b>(306.957)</b>
Saldo Cindido na Reorganização Societária (Nota 11d)	-	253.545
Reversão (Constituição) Líquida do Período	40	(33.223)
Write-Offs	-	85.711
<b>Saldo Final</b>	<b>(140)</b>	<b>(924)</b>
Provisão Requerida pela Resolução 2.682/99 (Nota 3e)	-	(117)
Provisão Complementar (*)	(140)	(807)

(\*) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição, que considera inclusive as perdas potenciais para créditos rotativos.

Em 31/03/2014 o saldo da provisão em relação a carteira de arrendamento mercantil equivale a 2,06% (2,00% em 31/12/2013).

### e) Recuperação e Renegociação de Créditos

No período de 01/01 a 31/03/2014 não houve recuperação de créditos. No período de 01/01 a 31/12/2013 foram recuperados créditos baixados (write-offs) contra a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 64.804 de 01/01 a 31/03/2013 que se encontram registrados em Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Arrendamento Mercantil.

## NOTA 7 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A execução das atividades normais da DIBENS LEASING acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue.

**a) Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

## Notas Explicativas

- b) Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

### I - Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

Não existem ações cíveis categorizadas como perda possível.

### II - Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não existem ações trabalhistas categorizadas como perda possível.

### III - Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

## Notas Explicativas

Provisões	01/01 a 31/03/2014		01/01 a 31/12/2013
	Obrigaçã Legal	Total	Total
<b>Saldo Inicial</b>	-	-	<b>854.179</b>
Saldo Cindido na Reorganização Societária (Nota 11d)	-	-	(866.747)
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>(12.568)</b>
Encargos sobre Tributos	1.685	1.685	12.750
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>124.325</u>	<u>124.325</u>	<u>(182)</u>
Constituição	124.325	124.325	-
Reversão	-	-	(182)
<b>Saldo Final (Nota 8c)</b>	<b>126.010</b>	<b>126.010</b>	-

  

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/03/2014		01/01 a 31/12/2013
	Obrigaçã Legal	Total	Total
<b>Saldo Inicial</b>	-	-	<b>207.576</b>
Saldo Cindido na Reorganização Societária (Nota 11d)	-	-	(269.249)
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>(61.673)</b>
Apropriação de Rendas	1.684	1.684	2.612
Movimentação do Período	<u>94.103</u>	<u>94.103</u>	<u>59.061</u>
Novos Depósitos	94.103	94.103	59.123
Levantamentos Efetuados	-	-	(62)
<b>Saldo Final (Nota 8bl)</b>	<b>95.787</b>	<b>95.787</b>	-

A principal discussão relativa às Obrigações Legais é descrita a seguir:

- CSLL – R\$ 126.010 – Isonomia: Enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 95.787.

A DIBENS LEASING, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

### NOTA 8 – TRIBUTOS

#### a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>684.545</b>	<b>420.591</b>
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas vigentes (Nota 3k)	(273.818)	(168.236)
<b>Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:</b>		
Resultado de Participações em Controlada e Coligadas	72.320	47.983
Incentivos Fiscais	-	25
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis	6	4
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(201.492)</b>	<b>(120.224)</b>

## Notas Explicativas

### b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos, estão representados por:

ATIVO	31/12/2013	Realização/ Reversão	Constituição	31/03/2014
<b>Refletida no Resultado</b>	<b>218.899</b>	<b>(16)</b>	-	<b>218.883</b>
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	218.827	-	-	218.827
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	72	(16)	-	56
<b>Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>752</b>	-	<b>380</b>	<b>1.132</b>
<b>Total(*)</b>	<b>219.651</b>	<b>(16)</b>	<b>380</b>	<b>220.015</b>

(\*) Outros Créditos - Diversos totalizam R\$ 701.614 (R\$ 240.268 em 31/12/2013) e estão compostos por Credores Diversos R\$ 363.356, Créditos Tributários R\$ 220.015 (R\$ 219.651 em 31/12/2013), Impostos e Contribuições a Compensar R\$ 17.932 (R\$ 17.658 em 31/12/2013), Depósitos em Garantia de Provisões para Passivos Contingentes R\$ 4.523 (R\$ 2.959 em 31/12/2013) e Depósitos em Garantia de Obrigações Legais-Fiscais e Previdenciárias R\$ 95.787.

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31/03/2014, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%
2014	1.146	96,5%	152.460	69,7%	153.606	69,7%
2015	31	2,6%	66.367	30,3%	66.398	30,3%
2016	11	0,9%	-	0,0%	11	0,0%
<b>Total</b>	<b>1.188</b>	<b>100,0%</b>	<b>218.827</b>	<b>100,0%</b>	<b>220.015</b>	<b>100,0%</b>
Valor Presente (*)	<b>1.132</b>		<b>205.280</b>		<b>206.412</b>	

(\*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias fiscais não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

III - Em 31/03/2014 e 31/12/2013, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

### c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	31/03/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar/Recolher	159.447	430.360
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 7bIII)	126.010	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (*)	5.213	7.501
<b>Total</b>	<b>290.670</b>	<b>437.861</b>

(\*) Representada basicamente por Suprveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro.

## Notas Explicativas

### NOTA 9 - INVESTIMENTOS

Empresas	Saldos em 31/12/2013	Dividendos Pagos/ Provisionados <sup>(1)</sup>	Resultado de Participações	Ajuste de TVM e Outros	Eventos Societários <sup>(2)</sup>	Saldos em 31/03/2014	Resultado de Participações de 01/01 a 31/03/2013
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	2.066.127	(75.541)	31.653	14	(363.356)	1.658.897	8.957
Redecard S.A. <sup>(3)</sup>	579.338	(262.932)	147.346	(665)	-	463.087	109.390
Megbens Administração de Bens Ltda.	102.833	(32.405)	1.802	-	-	72.230	1.611
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.748.298</b>	<b>(370.878)</b>	<b>180.801</b>	<b>(651)</b>	<b>(363.356)</b>	<b>2.194.214</b>	<b>119.958</b>

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Outros Créditos - Rendas a Receber;

(2) Eventos societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital;

(3) Em decorrência da reestruturação societária ocorrida no período findo em 31/12/2012, o cálculo do investimento e o resultado de equivalência patrimonial contemplam ajustes por conta de amortização de mais valia registrada na investida, respectivamente, no montante de R\$ (1.878.247) e R\$ 100.059.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Nº de Ações/Cotas de Propriedade da DIBENS LEASING		Participação no Capital Votante e Social (%)
				Ordinárias	Cotas	
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	1.270.913	2.756.112	52.589	-	1.912.398.878	60,19%
Redecard S.A.	681.914	12.307.387	248.565	127.820.698	-	19,02%
Megbens Administração de Bens Ltda.	390.249	405.198	10.111	-	69.565.431	17,83%

## Notas Explicativas

## NOTA 10 - RECURSOS DE DEBÊNTURES

Apresentamos os recursos de Debêntures, de Natureza Simples e Pública, da Espécie Subordinada:

Características (*)	Nº Registro na CVM	Quantidade				Montante em Circulação		Data de Vencimento	Data de Repactuação	Periodicidade do Pagamento dos Juros	
		Emitida	Em Circulação		Em Tesouraria		31/03/2014				31/12/2013
			31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013					
4ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-93/099 e 112	260	217	219	43	41	2.838.541	2.796.345	01/04/2022	01/04/2015	No Vencimento
4ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-96/120	200	159	159	41	41	722.118	705.204	01/08/2016	01/08/2016	No Vencimento
5ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-95/034 e 075	3.000	2.718	2.203	282	797	3.883.357	3.132.064	01/04/2022	01/04/2015	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SER/DEB-2005/013	1.200	1.200	989	-	211	3.285.111	2.643.142	01/02/2025	não há	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-96/175	90	21	26	69	64	2.663.346	3.203.269	01/06/2022	01/06/2015	No Vencimento
8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2002/042 e 043	3.203	2.114	2.114	1.089	1.089	2.162.451	2.111.800	01/11/2022	01/11/2017	No Vencimento
9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2005/001 e 002	400.000	368.676	350.737	31.324	49.263	7.727.950	7.041.321	01/10/2024	01/10/2014	No Vencimento
4ª Emissão - 2ª Série	SRE/DEB/2006/023	6.750	5.618	6.016	1.132	734	12.302.268	12.866.290	01/06/2021	não há	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/046	50.000	44.470	46.722	5.530	3.278	8.275.716	8.491.207	01/10/2022	não há	No Vencimento
4ª Emissão - 3ª Série	SEP/GER/DEB-93/103	20	7	10	13	10	119.511	159.860	01/11/2022	01/11/2015	No Vencimento
5ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-97/105	3.500	2.310	1.980	1.190	1.520	2.806.527	2.349.351	01/04/2020	01/04/2015	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2006/025	1.500.000	1.477.319	1.470.209	22.681	29.791	31.974.918	31.075.672	01/07/2026	01/07/2016	No Vencimento
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/024	1.000.000	971.533	952.490	28.467	47.510	18.582.985	17.791.999	01/07/2027	03/07/2017	No Vencimento
8ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2008/004	1.000.000	968.071	962.531	31.929	37.469	17.701.987	17.188.415	01/12/2027	01/12/2017	No Vencimento
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/012	240	30	40	210	200	842.143	1.068.351	10/01/2020	não há	No Vencimento
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/056	2.400	2.400	1.842	-	558	5.757.841	4.315.633	01/11/2020	não há	No Vencimento
8ª Emissão - 1ª série	SRE/DEB/2012/001	2.000.000	1.810.301	1.760.391	189.699	239.609	21.549.384	20.464.435	26/01/2032	não há	No Vencimento
<b>Total</b>		<b>5.970.863</b>	<b>5.657.164</b>	<b>5.558.678</b>	<b>313.698</b>	<b>412.185</b>	<b>143.196.155</b>	<b>137.404.358</b>			

(\*) 100% da Taxa Média Diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

## Notas Explicativas

### NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - Está representado por 1.504.996.693 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
- b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Estatuto Social.
- c) **Reservas**

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>1.660.533</b>	<b>1.177.480</b>
Reserva Legal	396.241	372.088
Estatutária - Reserva de Margem Operacional (*)	1.264.292	805.392

(\*) Constituída para assegurar à sociedade adequada margem operacional, conforme previsto no Estatuto Social, após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura.

### d) Reorganização Societária

Em AGE de 31/03/2013, homologada pelo BACEN em 16/12/2013, foi deliberada a cisão parcial da DIBENS LEASING, com base no Balanço Patrimonial de 28/02/2013.

Os valores dos ativos e passivos cindidos ao Banco Itaucard S.A. estão demonstrados abaixo:

<b>ATIVO</b>	
<b>Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.384.662</b>
Disponibilidades	1.243
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	178.178
Operações de Arrendamento Mercantil	(133.498)
Outros Créditos	1.334.781
Outros Valores e Bens	3.958
<b>Permanente</b>	<b>8.830.633</b>
Imobilizado de Uso	3
Imobilizado de Arrendamento	7.870.780
Intangível	959.850
<b>TOTAL</b>	<b>10.215.295</b>
<b>PASSIVO</b>	
<b>Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<b>10.205.078</b>
Depósitos	573.117
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	51.898
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.345
Outras Obrigações	9.566.718
Sociais e Estatutárias	452.726
Fiscais e Previdenciárias	1.029.206
Credores por Antecipação de Valores Residuais	6.000.617
Diversos	2.084.169
<b>Resultado de Exercícios Futuros</b>	<b>217</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.205.295</b>
<b>ACERVO LÍQUIDO CINDIDO (*)</b>	<b>10.000</b>

(\*) Contempla as variações patrimoniais dos ativos e passivos cindidos entre a data da AGE e a data do balanço base do evento.

## Notas Explicativas

### NOTA 12 - PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)		
	31/03/2014	31/12/2013	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013	
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(*)</sup></b>	<b>163.018.902</b>	<b>157.200.527</b>	<b>3.887.049</b>	<b>2.633.926</b>	
Itaú Unibanco S.A.	Controlador	163.018.902	128.815.528	3.642.175	2.358.619
Banco Itaú BBA S.A.	Ligada	-	28.384.999	244.874	275.307
<b>Depósitos Interfinanceiros - Itaú Unibanco S.A.</b>	<b>Controlador</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(118)</b>
<b>Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas</b>	<b>(35)</b>	<b>(35)</b>	<b>-</b>	<b>(1.631)</b>	
Itaú Unibanco S.A.	Controlador	-	-	-	(613)
Itaú Corretora de Valores S.A.	Ligada	(35)	(35)	-	(99)
Itaú Unibanco S.A. - Agência Grand Cayman	Controlador	-	-	-	(919)
<b>Recursos de Debêntures</b>	<b>(143.196.155)</b>	<b>(137.404.358)</b>	<b>(3.384.381)</b>	<b>(2.110.905)</b>	
Itaú Unibanco S.A.	Controlador	(143.196.155)	(103.793.852)	(3.096.403)	(650.320)
Banco Itaú BBA S.A.	Ligada	-	(33.610.506)	(287.978)	(1.460.585)
<b>Obrigações por TVM no Exterior - Itaú Unibanco S.A. - Agência Grand Cayman</b>	<b>Controlador</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.992)</b>
<b>Obrigações por Empréstimos - Itaú Unibanco S.A. - Agência Nassau</b>	<b>Controlador</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(388)</b>

(\*) A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada com vencimentos até 30 dias R\$ 39.560.294, de 31 a 180 dias R\$ 4.556.052, de 181 a 365 dias R\$ 2.298.215 e acima de 365 dias R\$ 3.244.875; e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 30 dias R\$ 10.529.379, de 31 a 180 dias R\$ 14.414.156, de 181 a 365 dias R\$ 26.901.259 e acima de 365 dias R\$ 61.514.672.

Apresentamos abaixo as taxas praticadas para as operações entre partes relacionadas em 31/03/2014:

	Taxas Anuais	Média
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	100% da SELIC 102,3% do CDI	100% da SELIC

Além das operações acima discriminadas, a DIBENS LEASING, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Outras Despesas Administrativas R\$ (737) (R\$ (8.345) de 01/01 a 31/03/2013) em função da utilização da estrutura comum.

- b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da DIBENS LEASING são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

### NOTA 13 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) **Benefícios Pós Emprego** – Em 31/03/2014 o ganho atuarial registrado no Patrimônio Líquido – Ajuste de Avaliação Patrimonial, oriundo de controlada totalizou R\$ 15 (R\$ 665 em 31/12/2013).

- b) **Outras Despesas Operacionais** – No período de 01/01 a 31/03/2013 totalizavam R\$ 272.675 e estavam compostas basicamente por Amortizações anuais de ágio no montante de R\$ 261.777.

- c) **Gerenciamento de Riscos** – A gestão de risco é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e medidos os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovadas políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos;
- A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

## Notas Explicativas

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital e na liquidez.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, com total envolvimento da alta administração, que por meio de comissões, define os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle, por sua vez, apoiam a administração através dos processos de monitoramento e análise de risco.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos do conglomerado Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Cumpra a essa estrutura acompanhar as demandas regulatórias feitas à instituição líder do conglomerado. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site de [www.itaunibanco.com.br/rj](http://www.itaunibanco.com.br/rj), na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos – Circular 3.477, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

### I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devido aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado realizado abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464/07, do CMN e alterações posteriores, constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para a alta gestão.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). A revisão dessa estrutura de limites é realizada, no mínimo, anualmente.

Essa estrutura de controle de limites tem a função de:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do conglomerado Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;

## Notas Explicativas

- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evitar concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, análise e reporte de risco às áreas e pessoas responsáveis, de acordo com a governança estabelecida, e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas à variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas à variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas à variação nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado (*MTM – Mark to Market*); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidade aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na Carteira de Negociação está autorizado a atingir.

## II - Risco de Crédito

## Notas Explicativas

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou (v) aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, [Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito](#), que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

### III - Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A gestão de risco operacional tem como objetivos identificar, avaliar, mensurar e responder aos riscos operacionais da instituição e monitorá-los com a finalidade de manter as perdas e os riscos dentro dos limites estabelecidos pelo conglomerado Itaú Unibanco e garantir aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Os gestores das áreas de negócio e de suporte se utilizam de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pelas áreas de risco operacional, de controles internos e *compliance* para suportar o processo de gestão.

O controle de risco operacional é o processo de mensuração, monitoramento e reporte dos riscos que visa garantir que o perfil de risco do conglomerado esteja dentro dos limites definidos pela alta administração e que esta seja informada tempestivamente sobre os principais riscos da instituição. Este controle é realizado pela área de risco operacional, controles internos e *compliance*, que por sua vez se utilizam das metodologias de controle e das informações de risco geradas pelas áreas de negócio. Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos operacionais, existem fóruns específicos de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

O conjunto de princípios, governança, papéis e responsabilidades, metodologias e procedimentos que suportam o processo de gerenciamento de riscos operacionais são descritos e publicados no normativo institucional para gerenciamento de risco operacional. Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional pode ser acessada no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco Operacional, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380/06, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, aprovada pelo seu Conselho de Administração, e aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

### IV - Risco de Liquidez

## Notas Explicativas

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site [www.itaunibanco.com.br/ri](http://www.itaunibanco.com.br/ri), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

**d) Comitê de Auditoria Único** – Em atendimento à Resolução nº 3.198, de 27/05/2004, do CMN, a DIBENS LEASING aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

**e) Medida Provisória nº 627:** em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Considerando-se que a referida MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis da DIBENS LEASING.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

A Instituição registra as suas operações e elabora suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência de depreciação. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pela não reclassificação descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva a sobre a informação intermediária", não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de Maio de 2014.

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Não se aplica.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Não se aplica.